



Assunto: **Protocolo carta Mëbengôkre-Xikrin da Terra Indígena Trincheira-Bacajá no processo 08620019136/2012-40.**

Para:

**GCLIC-Funai** (cglic@funai.gov.br)

**CR Leste Funai** (cr.centrolestedopara@funai.gov.br)

**Diretoria de Licenciamento/SEMÁS** (protocolosemas@gmail.com)

Nós, Mëbengôkre-Xikrin da Terra Indígena Trincheira-Bacajá viemos por meio deste documento solicitar à Funai (fundação Nacional do Índio) nossa inclusão no processo de licenciamento do projeto de mineração Belo Sun de acordo com o direito a consulta livre, prévia e informada da Convenção 169 da OIT da qual o Brasil é signatário.

Desde 2017, em audiência pública ocorrida da cidade de Altamira no Pará, denunciemos nossa exclusão do processo de discussão sobre o processo de licenciamento do referido projeto de mineração. Nosso direito à consulta sobre esse projeto precisa ser cumprido e respeitados pelos órgãos de licenciamento.

O licenciamento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte ocorreu de modo irregular sem respeitar os princípios do direito à consulta dos povos impactados pelo empreendimento. Hoje, nosso povo tem sofrido com esses impactos como o aumento de pressão antrópica sobre nosso território tradicional com aumento de invasões e conflitos fundiários; perda da navegação no rio Bacajá e na Volta Grande do Xingu afetando negativamente nossos modos de vida e o escoamento de nossa produção de castanha que anteriormente ao barramento do rio Xingu era feito de maneira exclusivamente fluvial; diminuição de estoque pesqueiro em decorrência da diminuição da vazão do rio Xingu com redução de populações de espécies de peixes e tracajás que migravam do rio Xingu para o rio Bacajá; diminuição de áreas alagadas como igapós causando o afastamento e diminuição de espécies de animais terrestres como porcos, jabutis e antas, essenciais para nossa soberania alimentar; piora na qualidade da água do rio Bacajá, expondo-nos a maior risco de contaminação por doenças como diarreias, verminoses e infecções de pele. Esses são apenas alguns exemplos.



Os impactos de Belo Monte sobre nosso modo vida e sobre o ecossistema de nosso território não têm sido devidamente mensurados e tampouco mitigados. A relação hidrológica do rio Bacajá e do rio Xingu não foi levada em consideração no processo de licenciamento da hidrelétrica e estudos técnicos independentes participativos ainda não foram realizados. As pessoas mais velhas de nossas aldeias alertaram, em 2011, sobre a necessidade de estudos que olhassem para essa questão, mas esse direito nos foi negado até o presente momento.

Nosso povo não quer mais ser tratado com esse desprezo pelo governo. O projeto de mineração de Belo Sun não pode ser licenciado sem a nossa participação. O rio Bacajá depende da Volta Grande do Xingu e qualquer projeto que possa impactar essa região nos afeta diretamente.

Sabemos que o projeto de Belo Sun deseja a ampliação da extração mineral em áreas próximas e confluente com nossa Terra Indígena.

Por esses motivos, exigimos que nosso direito à consulta livre, prévia e informada seja assegurado nesse processo de licenciamento. Exigimos ser respeitados e ouvidos nesse processo. O princípio da precaução que orienta as diretrizes do licenciamento ambiental precisa ser respeitado e cumprido.

Altamira, 05 de janeiro de 2021.

DocuSigned by:

*Kroire Xikrin*

C40951E9729E476...

Kroire Xikrin

Presidente da Associação Bebô Xikrin do Bacajá